

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO/MEC E  
COMANDO NACIONAL DE GREVE  
12 DE JULHO DE 2007

**Pela FASUBRA:** Léia, Luiz Antonio, JP, Paulo Henrique, Loiva, Vera, Chiquinho (Direção Nacional). Silnando (SINTET-UFU), Marino (SINTEMA), Artemizia (SISTA), Milton (SINTUFRJ), Adilson (SINTFOP), Maria (APTAFURG (CNG/Base))

**Pelo Ministério do Planejamento:** Duvanier (Sec.RH), Idel, Ana Lúcia, Penha.

**Pelo MEC:** Maria do Socorro.

O Secretário de Recursos Humanos Duvanier, abriu a reunião expondo que a equipe de governo tem feito estudos de evolução salarial/evolução da tabela, para o conjunto do funcionalismo, de forma articulada. Por isso o governo tem a preocupação em garantir uma referência e alinhamento com as demais carreiras. A idéia do governo é a partir desta reunião avançar nos entendimentos acerca da evolução da Tabela, avançando na definição dos parâmetros. Colocou que a idéia é avançar na construção de consensos.

**A representação da FASUBRA** colocou que a expectativa é que nessa reunião seja trabalhado os elementos constantes no ofício número --- enviado pelo governo e o documento encaminhado pela FASUBRA, **com relação as seguintes questões:**

**01. DATA DE LIBERAÇÃO DOS RECURSOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR À SAÚDE.** Foi explicitado pela bancada da FASUBRA, a importância da informação da data, para que as Administrações das Universidades possam se preparar para a concessão dos benefícios, a partir das prerrogativas da Portaria que regulamenta este benefício.

O governo colocou que a Mesa de Negociação oportunizou trazer o debate acerca desta questão, pois no início do processo negocial não havia a possibilidade de garantir estes recursos para 2007 e nem para o conjunto da categoria. O governo identificou que o valor de 90 bilhões, colocados inicialmente, eram insuficientes para atender o conjunto da categoria. A partir da emergencialidade do eixo - o MP - trabalhou para dentro do governo, e conseguiu trazer estes recursos para 2007 e para o conjunto da categoria, com papel destacável para o MEC que se empenhou para que fossem alocados recursos para concretização desta proposta para o conjunto dos trabalhadores técnico administrativos das instituições federais de ensino.

*Após diversos debates, o governo informou que os recursos serão liberados a partir do mês de novembro de 2007 para toda a base da FASUBRA e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas, CEFETs e Pedro II.*

**02. RESOLUÇÃO DO VBC.** A Bancada cobrou uma explicitação melhor quanto à proposta de não absorção do VBC e também a resolução dos VBC já absorvidos.

O Secretário Duvanier informou que serão demandadas as ações necessárias para a alteração do artigo 15 da Lei 11.091, para que o VBC não seja absorvido, para os companheiros (as) que ainda possuem VBC.

**Com relação ao contingente de trabalhadores (as) que já tiveram o VBC absorvido e ficaram com salários congelados,** o Governo informou que está “quantificando o número de quem possui VBC, e a repercussão orçamentária”, para a partir daí pensar as alternativas de resolução. Disse que a questão não é apenas jurídica.

A FASUBRA colocou que em consulta a Assessoria Jurídica, chegamos a uma proposta de redação do **Artigo 15**, que pode ser utilizada, a título de contribuição na mesa. O governo concordou e a FASUBRA ficou de encaminhar a proposta de texto para alteração do **artigo 15 da Lei 11.091**.

### **03. COM RELAÇÃO À DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DA CONSTRUÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TABELA.**

Sobre este item o governo informou que continuará a fazer simulações com as tabelas inclusive na mesma lógica adotada pela FASUBRA, e que quando o governo chegar ao índice ideal será apresentado para o CNG. Não revelaram o que é ideal para o governo. Colocou que não haverá mesa técnica nesta semana, e que a equipe técnica do governo estará preparando simulações e exercícios que serão apresentados na próxima mesa. Informou que isto não impede de manter contatos e acompanhamento das simulações/exercícios que estarão sendo feitos, por parte do CNG e governo.

O **deputado Paulo Pimenta** – colocou que o governo neste momento da negociação deve apresentar a disponibilidade orçamentária, para dar uma maior celeridade ao processo negocial, vez que a greve já extrapola os 40 dias. Portanto é necessário a construção de uma referência coletiva acerca de valores, dos limites e prazos de definição do processo negocial.

O **Secretário Duvanier** colocou que é importante a participação parlamentar na mesa, pois o governo deve interagir com o parlamento. O conjunto de parlamentares que tem acompanhado o processo são bem vindos. O Secretário colocou que o prazo de negociação – o limite de negociação é meado de agosto.

Colocou que embora esteja há pouco tempo à frente da Secretaria de RH do MP, tem o papel e compromisso de dar seqüência ao processo iniciado em 2003. O reconhecimento da FASUBRA com relação à importância do significado da conquista da Carreira é elemento importante na relação da entidade e sua base com o governo, que admite a necessidade da construção de uma solução negociada para a Greve, com ganhos para o conjunto da categoria. O Governo Lula tem um compromisso político em resgatar o salário dos trabalhadores (as), em particular os salários dos trabalhadores (as) das IFES.

Informou que a partir da proposta apresentada pela FASUBRA, o governo tem se esforçado para construir uma mediação entre a intenção do governo e a dos trabalhadores (as). Colocou que não há condicionante para negociação, mesmo estando em Greve, embora a Greve seja elemento preocupante na relação durante o processo negocial, pois este elemento – Greve, tensiona o processo.

A representante da **CUT** manifestou sua posição, de que se o governo está fazendo uma política de realinhamento das Carreiras, qual é o modelo, vez que ainda não se avançou neste debate, acerca das **DPC – Diretrizes de Plano de Carreiras**. Colocou ainda que a posição do governo em encaminhar para o Congresso Nacional, proposta da criação da Fundação Estatal de Direito Privado, vai à contramão do debate necessário acerca do fortalecimento do estado, que inclusive o Conselho Nacional de Saúde votou contra esta proposta e mesmo assim o governo sem respeitar a posição do Conselho enviou este projeto. O Secretário não fez nenhum comentário sobre o envio do projeto de fundação estatal para o congresso.

O Secretário apresentou algumas “idéias”, que segundo o mesmo, ainda não são propostas, de parâmetros para a evolução da Tabela, dentre elas; fazer ensaios com a matriz única, trabalhando maior interpolação entre os níveis de classificação, a inflação acumulada (não definiu bem o período) e o piso. Problematicizou que nos primeiros níveis da Classe A, existem apenas 08 trabalhadores e no conjunto da classe A, apenas 5 mil trabalhadores.

No transcorrer da reunião a representação da Bancada da FASUBRA, ratificou a sua crítica a utilização do parâmetro de referência com o valor de salário do mercado. Foi ainda manifestado que a referência deve ser por dentro dos valores de pisos do poder executivo, por isto defendemos isonomia entre os funcionários públicos federais, começando pelo executivo. salientou a bancada sindical.

O governo colocou que a referência com os valores salariais do mercado é apenas um dos parâmetros para comparação de pisos salariais. Problematizou a amplitude da Tabela da FASUBRA, colocando que a relação do valor do piso ao teto de cada nível de classificação – chega a 150 %. Colocou ainda que neste processo negocial é inviável atingir o step de 5%. Debatesmos este tema, na lógica construída pela FASUBRA. A bancada sindical mais uma vez reforçou a luta histórica da categoria, dizendo que neste ou em outro governo estarão sempre lutando pela conquista dos três salários mínimos e o step de 5%. Nos encaminhamentos finais da reunião ficou consensuado que será construído um Documento final escrito conjuntamente – construção coletiva – para retratar conteúdo “memorial” do debate ocorrido na reunião, a fim de retratar fielmente o conteúdo ocorrido na reunião. Disse que não tem nenhum problema em retificar alguns itens do documento que não ficaram claro, como por exemplo, o tratamento especial para a Classe E, afim de que não haja nenhuma outra interpretação diferente do movimento sindical. “O governo informou que a interpretação deste item é que a classe E, no momento da evolução da Tabela, terão ganhos maiores do que as demais, dado as distorções,mas, que todas as classes deve ser contempladas.” Disse que há uma preocupação em acelerar o processo a partir dos consensos.

O Secretário informou que a reunião do GT – com representação da Bancada Sindical, para debater a institucionalização da negociação coletiva no serviço público e solução de conflitos, será no dia 18 de julho (4ª. Feira).

Ficou definido no final da reunião que a próxima Mesa será no dia 20 de julho (6ª. Feira).

O CNG/FASUBRA, na seqüência das ações desenvolvidas em Brasília, estará fazendo um arrastão, colhendo assinaturas no **Abaixo Assinado – em Defesa dos HU’s, no domingo nas feiras do Guará e de Importados, durante todo o dia.** Esta mesma atividade foi realizada na Rodoviária do Plano Piloto onde conseguimos mais de 2.400 assinaturas.

**Diante do exposto o CNG deliberou:**

**A GREVE CONTINUA!!!**

**INTENSIFICAÇÃO DA GREVE, COM ATOS NOS ESTADOS E NAS UNIVERSIDADES.**

- REFORÇAR OS CONTATOS COM OS PARLAMENTARES, E REITORES SOLICITANDO APOIO A NOSSA LUTA

**INTENSIFICAR A LUTA EM DEFESA DOS HU’S:**

**4ª FEIRA – 18 DE JULHO – DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DOS HU’S.**

- Atos em Frente aos HU’s, dando visibilidade a Luta. OS CLG deverão usar da criatividade para estabelecer uma diálogo com a sociedade/usuários dos HU’s, explicitando a importância do apoio a nossa Luta.
- Envolver os estudantes e os professores nesta atividade (DCE e AD’s).
- Envolver as entidades de trabalhadores (as) da saúde
- **URGENTE!!!** Acumular mais assinaturas nos **Abaixos Assinados** (em anexo).
  - Colocar Bancas nas praças, nos espaços de maior circulação da população.
- Continuar pautando este debate nas Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Conselhos Superiores, na Imprensa Local, para acumularmos posições contrários a Transformação dos Hu’s em Fundação Estatal de Direito Privado.
- Será disponibilizado no próximo IG – um Boletim do CNG/FASUBRA abordando o tema **Hospitais Universitários**.
  - Orientamos que sejam reproduzidos e distribuídos nos HU’s e para a sociedade, por ocasião da coleta de assinaturas.
- **Enviar documento aos parlamentares.** O texto será disponibilizado pelo CNG/FASUBRA no próximo IG.
  - Enviar para todos(as) os parlamentares do CNG. Vamos “entupir” os e-mail dos parlamentares.

**LUTAR, PERSEVERAR E ACREDITAR  
FORÇA NA LUTA E ATÉ A VITÓRIA**

Senhor Secretário,

Em 2006 foi instituído no âmbito do Ministério da Educação o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), contando com representação dos Ministérios da Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia e Planejamento Orçamento e Gestão, com o objetivo de: 1- Sistematizar as informações relativas à gestão e ao financiamento orçamentário dos hospitais universitários vinculados às instituições federais de ensino superior; 2- Elaborar estudo técnico sistemático; e 3 - Propor ações e medidas administrativas ou legislativas, conforme o caso, a fim de assegurar a eficiência e a racionalidade na gestão e no financiamento dos hospitais.

O trabalho foi concluído no final do ano passado onde a Comissão apresenta um diagnóstico dos hospitais e conclui pela transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Estatal.

Considerando:

Que a LDB, em seu artigo 43, estabelece as seguintes finalidades da educação superior no País: (a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; [...] (c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; (d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; [...] (g) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

Que ao estabelecer as diretrizes para a educação superior o PNE ressalta que: (a) nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido sem um forte sistema de educação superior; (b) a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais, a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais; (c) as instituições de ensino superior têm muito a fazer, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades; (d) o núcleo estratégico do ensino superior há que ser composto pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição Federal: ensino, pesquisa e extensão, e têm como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional, mantendo uma estreita articulação com as instituições de ciência e tecnologia; (e) as universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade;

A afirmação de Amaral, Dourado e Oliveira que dizem que "A abrangência nacional das IFES constitui-se em importante fator de redistribuição da riqueza nacional, por permitir a formação de profissionais altamente qualificados em todo o território Nacional, além de desenvolver atividades de pesquisa e de extensão locais, o que contribui para a redução da desigualdade tecnológica entre as regiões do País e a dependência dos Estados que se encontram num estágio de formação de pesquisadores, em relação àqueles que já conseguiram consolidar as atividades que possibilitam a geração e absorção de conhecimento. O fato de as instituições públicas de ensino superior brasileiras serem responsáveis por mais de 90% da produção científica do País mostra a sua importância no conjunto de ações a serem realizadas visando o desenvolvimento econômico e social brasileiro." (OLIVEIRA, DOURADO E AMARAL, 2006);

Que de acordo com SIHUF/MEC e SIAFI-2º sem. 2005: a) Os HUS detêm, em conjunto, 38.766 servidores públicos técnico-administrativos, que representam 45,4% do quadro total das IFES que os possuem; b) A força de trabalho dos hospitais universitários conta, ainda, com mais 22.775 empregados contratados pelas fundações de apoio, direta ou

indiretamente, e servidores cedidos de outros órgãos; c) Os 6.128 professores em exercício nos hospitais universitários correspondem a 17% do total de professores das 58 IFES; d) a somatória dos valores de custeio repassados aos hospitais universitários pelo SUS e pelo MEC alcança valor próximo a R\$ 1,1 bilhão, quantia prevista no orçamento do Tesouro para custeio e investimento de todas as IFES, em 2006; e) São quase 60.000 estudantes regularmente matriculados presentes nos hospitais universitários.

Considerando, ainda, as afirmações do GTI, quando reconhece:

Que "uma das causas da crise que afeta os HU's é a ausência de repasses financeiros para as IFES custearem as despesas com os hospitais";

Que com a grave crise de financiamento que afetou as universidades brasileiras nos anos 80, o MEC limitou progressivamente a destinação de recursos para custeio hospitalar em seu orçamento, até aboli-la em 1990,;

Que "a imensa maioria dos hospitais vinculados ao SUS é paga por serviços prestados, com uma tabela cuja defasagem já era grave em 2002";

Que "No caso dos HUs das IFES, a falta de concursos entre 1994 e 2001 ocasionou sério déficit de pessoal, compensado com a contratação de mão-de-obra por meio das fundações de apoio, atingindo o ápice em 2002, com mais de 22.000 pessoas nessa situação".

Entendemos, com base em todas essas considerações que a proposta de transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Estatal está na contramão dos objetivos nortearam a criação dos mesmos, enquanto unidades acadêmicas que exercem atividades de ensino, pesquisa e extensão, através da assistência à população.

A possibilidade de transformação dos HU's em Fundação Estatal, com receitas auferidas pela prestação de serviços e pelo desenvolvimento de suas atividades afasta essas unidades dos objetivos propostos na LDB e no PNE relativo ao caráter e perfil das IFES. O relacionamento entre a fundação estatal e o Poder Público, no tocante à lei orçamentária anual, dá-se, exclusivamente, sob a forma de prestação de serviços, com base em contrato de gestão, que tem por objeto a contratação de serviços e a fixação de metas de desempenho para a entidade, não tendo assegurado recursos para o seu funcionamento nos orçamentos fiscal e de seguridade social, como ocorre com os entes de direito público instituídos pelo Estado, inclusive no que tange à folha de pessoal. Assim, nos opomos de forma veemente à essa mudança.

Somente com a manutenção dos HU's vinculados às IFES, enquanto uma unidade acadêmica poder-se-á dar continuidade ao processo de desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e assistência social com a qualidade e eficácia necessária para o bom atendimento da população e interesse do Estado.

Mediante o exposto defendemos que os HU's das IFES devem ter como balizamento os seguintes pontos:

- 1- manutenção dos HU's vinculados as IFES;
- 2- HU's 100% públicos;
- 3- todos os leitos vinculados ao SUS;
- 4- financiamento tripartite, isto é, mantidos com recursos advindos do Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Ciência e Tecnologia;
- 5- aplicabilidade efetiva da autonomia universitária;
- 7- fim da terceirização;
- 8- ingresso por concurso público pelo RJU;
- 9- gestão participativa em todas as instâncias;
- 10- integração entre as distintas esferas do governo e internamente nas instituições.

O Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação da UFG - SINT-UFG e a Associação dos Docentes da UFG - ADUFG, contando com apoio da União Estadual dos Estudantes de Goiás, tem defendido os princípios acima em diferentes oportunidades, junto a ANDIFES, ao MEC e ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Assim sendo, solicitamos também o seu apoio e que o mesmo possa acontecer por parte do Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Rezende.

**SINT-UFG**

**ADUFG**

**UEE-GO**